

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE CLASSE E “FALSA CONSCIÊNCIA”

E.P. THOMPSON | HISTORIADOR MARXISTA

A propósito da publicação da edição portuguesa do texto “A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII”, pela Antígona, traduzido por Frederico Ágoas e José Neves, a Vírus reproduz um texto do historiador marxista publicado em 1977 integrando a colectânea “As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos”. Este texto dedica-se a um debate crucial para o pensamento marxista: o da relação entre classe, luta e consciência de classe. Contrapondo-se a uma visão estática e até anti-histórica da categoria de classe social, Thompson justifica a polémica e o interesse que suas elaborações despertaram.

Por me encontrar em desacordo com muitos outros marxistas (e também não marxistas) que se ocupam do tema da classe e da consciência de classe, pode ser proveitoso, para os fins desta discussão, formular algumas observações de forma sintética e, talvez, de maneira um pouco seca. De facto, levar a efeito uma demonstração de cada uma dessas minhas observações naturalmente exigiria uma intervenção bem mais ampla e complexa.

1) “Classe”, na minha prática, é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional. Somos, então, levados a teorizar este fenómeno como uma teoria global das classes e da sua formação, esperando encontrar algumas regularidades, certos “estágios” de desenvolvimento, etc.

2) Contudo, a esta altura, ocorre que, com excessiva frequência, a teoria prevalece sobre o fenómeno histórico que se propõe teorizar. É plausível supor que a classe seja levada em consideração não no quadro

do processo histórico, mas abstractamente. Ainda que não admitamos que isso se dê apenas no terreno mental, uma grande parte do discurso sobre as classes ocorre, na realidade, assim. Ou melhor, modelos ou estruturas são teorizados pressupondo-se que neles se verifiquem definições objectivas de classe, como, por exemplo, a da expressão de relações diversas de produção.

3) Deriva deste falso modo de pensar a noção de classe como uma categoria estática, tanto sociológica quanto heurísticamente. Em ambos os casos, embora diferentes, servimo-nos de categorias de tipo estático. Numa difundida tradição sociológica, geralmente de cunho positivista, a classe pode ser reduzida a uma pura e simples medida quantitativa: tantas pessoas nesta ou naquela determinada relação com os meios de produção, ou, em termos mais grosseiros, “x” ou “y”, tantos assalariados, tantos “colarinhos-brancos” e por ai vai. Segundo uma tradição ligeiramente distinta, essa definição de tipo estático pode ser adoptada para a crítica da noção marxista de classe. Por exemplo, os assalariados não se comportam de modo condizente com a sua condição proletária, ou mesmo alguns deles, quando interrogados, não sabem definir-se ou afirmam pertencer ao “estrato médio”. Ou, ainda mais, classe é aquilo que a classe diz supor representar em resposta a um questionário. Mais uma

vez, a classe como categoria histórica, no seu comportamento através do tempo, resulta excluída.

4) Gostaria de afirmar que classe enquanto categoria histórica pertence ao preciso e dominante uso marxista. Creio poder demonstrar que muitas vezes, no próprio Marx –e, especialmente, em *O Capital* –, é esta a aceção dominante, mas este não é o lugar para fornecer provas segundo uma autoridade filológica. Esse é, de qualquer modo, o pressuposto de muitos, se não todos, da tradição histórica marxista inglesa, sobretudo os da velha geração. Seja como for, restou bem claro nos últimos anos que a classe enquanto categoria estática tem conquistado peso em sectores muito relevantes de todo o pensamento marxista. Nos termos económicos correntes, trata-se tão somente de uma categoria gêmea daquela sociológica positivista. De um modelo estático de relações capitalistas de produção são extraídas as classes que lhes devem corresponder e a “consciência” que deve corresponder às classes e à sua respectiva inserção. De uma forma comum, geralmente leninista, isso fornece uma boa justificativa para uma política de “substantivos”, como aquele de uma “vanguarda” que saberia mais que a própria classe quais seriam tanto o interesse verdadeiro quanto a consciência mais conveniente a essa mesma classe. De forma alternativa, mas muito mais sofisticada, com Althusser, temos de novo uma categoria profundamente estática, uma categoria que encontra a própria definição apenas numa totalidade estrutural estática. Malgrado esta sofisticação teórica, malgrado o facto de essa teoria refutar o processo histórico empírico

real da formação da classe, os resultados são muito próximos dos da versão economicista vulgar. Ambos apoiam-se numa análoga noção de “falsa consciência”, mesmo que a teoria de Althusser e outras entre as mais sofisticadas do “marxismo ocidental” tendam a apresentar um arsenal teórico mais amplo com que explicam a dominação ideológica e a mistificação da consciência.

5) Se retornarmos à classe como categoria historiográfica, poderemos ver historiadores dispendo do conceito com dois significados diferentes: a) com referência ao conteúdo histórico correspondente, empiricamente observável, e b) como uma categoria heurística ou analítica, recurso para organizar uma evidência histórica cuja correspondência directa é muito mais escassa. No meu modo de ver, tal conceito pode ser adoptado com propriedade em ambos os sentidos. Todavia, confusões geralmente surgem quando nos deslocamos de uma aceção para outra.

No primeiro caso, é óbvio que classe no seu uso moderno possui relação com a sociedade capitalista industrial do século XIX. Isto é, somente no seu uso moderno a classe se torna utilizável para um sistema de conhecimento da sociedade que vive nesse período. Por isso, o conceito não só nos permite organizar e analisar as evidências, mas está também presente, com um novo sentido, nas evidências elas mesmas. Podemos, desse modo, observar, na Grã Bretanha, como na França ou na Alemanha, instituições de classe, partidos de classe, culturas de classe etc. Essa evidência histórica, por sua vez, deu origem, à medida que se desenvolveu, ao mais maduro conceito

de classe e o marcou, a um certo nível, com a sua própria especificidade histórica.

No outro caso, a especificidade histórica, anacrónica, deve ser levada em conta quando lançamos mão do conceito na análise de sociedades anteriores à Revolução Industrial. De facto, a correspondência da categoria com a evidência histórica torna-se então muito menos directa. Se a classe não é admitida no sistema de conhecimento das próprias pessoas e se elas se nomeiam e levam adiante as suas batalhas históricas em termos de “estados”, de “ordens” etc., então, ao descrevermos tais conflitos em termos de classe, devemos nos esquivar de toda a tendência a interpretá-los segundo concepções de classe posteriores.

O facto de se manter o uso da categoria heurística de classe, não obstante as dificuldades indicadas, não deriva da perfeição do conceito, mas da carência de categorias alternativas adequadas à análise do processo histórico evidente e universal. Por esse motivo não podemos, no idioma inglês, falar de “luta de estados” ou “luta de ordens” no momento em que o recurso à “luta de classes” foi, não sem dificuldades, notavelmente bem sucedido quando operado por estudiosos da Idade Antiga, medieval ou protomoderna, ali onde tais historiadores, no seu manuseio particular, introduziram as suas advertências e qualificações específicas do conceito nos seus próprios campos históricos.

6) Isso sublinha, portanto, o facto de a classe, no seu sentido heurístico, ser inseparável da noção de “luta de classes”. Do meu ponto de vista, foi dada excess-

siva atenção, frequentemente de maneira anti-histórica, à “classe”, e muito pouca, ao contrário, à “luta de classes”. Na verdade, na medida em que é mais universal, a luta de classes parece-me ser o conceito prioritário. Talvez diga isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica um processo, e, portanto, seja o filósofo, o sociólogo ou o criador de teorias, todos têm dificuldade em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas vêem-se numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagónicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no decurso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adoptarmos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, daí derivando a luta de classes.

Quando digo que classe e consciência de classe são sempre o último estágio de um processo real, naturalmente não penso que isso seja tomado no sentido literal e mecânico. Uma vez que uma consciência

de classe madura se tenha desenvolvido, os jovens podem ser “socializados” num sentido classista, e as instituições de classe prolongam as condições para sua formação. Podem-se gerar tradições ou costumes de antagonismo de classes que não correspondam mais a um antagonismo de interesses. Mas tudo isso faz parte da complexidade que habitualmente encontramos na nossa análise histórica, especialmente na contemporânea. A questão é que não podemos falar de classes sem que as pessoas, diante de outros grupos, por meio de um processo de luta (o que compreende uma luta a nível cultural), entrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes.

No belíssimo estudo de Temma Kaplan sobre a Andaluzia, que supera todas as críticas que eu poderia levantar, um estudo que é uma exposição lucidíssima de um processo real de formação de classes, vê-se, aliás, uma afirmação indicadora das dificuldades encontradas: “O proletariado pode tornar-se consciente de si mesmo somente desenvolvendo a consciência de classe, ao passo que a burguesia, contra quem luta, já é consciente de si”. Ora, a dificuldade não reside na proposição conclusiva. Antes, eu mesmo insisti no facto de a classe não poder ser individualizada independentemente das relações com outros grupos sociais e classes e reconheço que a relação deva ser recíproca. Mas a dificuldade reside na primeira proposição de Kaplan. Pois, se o proletariado é verdadeiramente privado da consciência de si mesmo como proletariado, então não pode se definir assim. Para um historiador, e espero poder afirmar

que isso vale para um historiador marxista, atribuir o termo “classe” a um grupo privado de consciência de classe, ou de cultura de classe, e que não age nessa direção é uma afirmação destituída de significado. Podemos dizer: “os pobres, ou a plebe, podem vir a ter consciência de si apenas como proletariado”, tal é a sequência histórica da formação de uma classe. Se, de facto, esse pobre ou essa plebe se alinham com outros grupos (proprietários de terra, mercadores, Estado) de um ponto de vista classista e se possuem uma consciência correspondente, que não é a de um “proletariado” maduro ou de classe operária, logo o problema histórico começa com a análise e definição deste específico processo de formação da classe (como muito bem faz Temma Kaplan). Por meio de análises e definições similares, logramos descobrir as insuficiências escondidas sob o uso do termo “classe operária”, podendo reexaminá-lo.

Tenho certeza de ser culpado pelas mesmas faltas de Temma Kaplan, mas, eventualmente, mesmo Marx algumas vezes o foi. Tudo o que posso dizer é: estou agora à procura de deixar de ser culpado. O meu texto apresentado ao Davis Centre faz um acerto de contas com problemas análogos, e nele explico porque prefiro, para a Inglaterra do séc. XVIII, o termo “plebe”, com também porque dou uma prioridade heurística à luta de classes (e àquilo que chamo de “campo de forças”) em detrimento da classe. Não me parece que o ponto em questão seja, em absoluto, de importância secundária. Se creio que, de facto, um certo dado histórico não está de acordo com as costumeiras categorias de classe, então, em vez de golpear a história para salvar as categorias, devemos

instigá-las com novas análises. Por muitas décadas, os historiadores foram intimidados pelo fracasso de grandes teóricos; é tempo de insistirem muito decididamente para que a teoria leve em consideração os resultados historiográficos.

7) Por tudo isso, suponho que ninguém possa pensar que eu corrobore a ideia de a formação da classe ser independente de determinações objectivas, nem que eu sustente que a classe possa ser definida como simples fenómeno cultural, ou coisa semelhante. Isso seria, creio, desmentido pela minha própria prática de historiador, como pela de muitos outros. Resta o fato de essas determinações objectivas pedirem um exame muito escrupuloso. Todavia, em primeiro lugar, nenhum exame das determinações objectivas e, mais do que nunca, nenhum modelo eventualmente teorizado podem levar à equação simples de uma classe com consciência de classe. A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem as suas relações de produção e segundo a experiência das suas situações determinadas, no interior do “conjunto das suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a elas transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências ao nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a “verdadeira” formação de classe num certo “estágio” do processo. Numa análise comparativa, o modelo tem apenas valor heurístico, passível de geralmente redundar em perigo dada a sua tendência em direcção a uma estase conceptual. Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real do que outra.

RESULTARÁ CLARO QUE NÃO VEJO COM SIMPATIA O CONCEITO DE “FALSA CONSCIÊNCIA”, SE REFERIDO A UMA CLASSE. NO MELHOR DOS CASOS, É UMA AFIRMAÇÃO DESTITUÍDA DE SIGNIFICADO E, NO PIOR DELES, É UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA ABSURDA, EM TORNO DA QUAL PARTIDÁRIOS DAS ELITES INSINUAM-SE CONTINUADAMENTE.

As classes definem-se de acordo com o modo como tal formação acontece efectivamente.

Em segundo lugar, muito da teoria marxista e, igualmente, embora em menor parte, muito da historiografia marxista foram distorcidos pelo exame da classe segundo as categorias de “base” e “superestrutura”. As forças e as relações produtivas fornecer-nos-iam a “base” (que se supõe real e objectiva), e delas a consciência de classe emergiria como uma superestrutura “derivada”.

Aqui não é o lugar para sublinhar uma vez mais as minhas antigas e frequentemente manifestas objecções a este tipo de procedimento, objecções retomadas recentemente na parte final de *Senhores e Caçadores* (1975), para não falar de Raymond Williams, que expressou, nos últimos 20 anos, posições muito próximas das minhas, recentemente recapituladas com muita lucidez e nitidez no seu *Marxismo e Literatura* (1977). Já o demonstrei anteriormente e resta-me somente repetir que, no meu modo de ver, a desafortunada analogia, ou metáfora, apresenta uma tendência inerentemente redutiva. E por mais sofisticada que seja a primeira, a última jamais será supe-

rada, de modo que continuarei a insurgir-me contra uma –totalmente irreal –semelhante classificação das actividades e características entre dois campos considerados como primário e derivado.

Essa analogia, mesmo uma vez à sombra, quando aplicada às classes, fornece-nos uma classe –ou uma “classe em si” –no nível da base que se traduz em consciência de classe –ou “classe para si” –quando, porventura, desemboca no nível da superestrutura. Se esta não dá origem a uma direcção própria, devemos introduzir então o conceito de “falsa consciência”. A classe está ali, mas, mistificada, não se conhece a si mesma nem os seus próprios e verdadeiros interesses. Para dizê-lo mais elaboradamente: essa teoria pode dar lugar a uma teoria das classes que evoca Platão, pois oferece um modelo de desenvolvimento por etapas da formação da classe com o qual a história deveria conformar-se, e, caso a evidência se oponha, ou se corta a parte válida ou se introduz a “falsa consciência”. Na Inglaterra, já expressei a opinião pela qual o excelente historiador John Foster teria caído neste tipo de concepção leninista-platónica. E quando Gareth Stedman Jones, na sua intervenção

preparatória a este encontro, se refere à consciência política dos cartistas, não nos termos em que se deu (coisa à qual ele pouco teria a dizer), mas nos termos daquilo que deveria ter sido, até ele alcança um autêntico resultado do género “platónico”.

8) Resultará claro que não vejo com simpatia o conceito de “falsa consciência”, se referido a uma classe. No melhor dos casos, é uma afirmação destituída de significado e, no pior deles, é uma construção teórica absurda, em torno da qual partidários das elites –que sabem bem, muito melhor do que os protagonistas, como a história deve ser –insinuam-se continuamente por ocasião de discussões e seminários universitários.

Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é “algo” ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica. Até aquela díspar e móbil entidade que é a multidão ou a plebe da Inglaterra do século XVIII possuía uma noção dos seus direitos de legalidade e de respeito, que foram investigados pelos historiadores. Se a noção dos seus próprios direitos e a própria consciência fossem outras e diversas das suas atitudes, então teria tido lugar um outro tipo de classe, como de facto começou a haver depois de 1816. Mas dizer que uma classe no seu conjunto tem uma consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido.

Pode nascer uma dificuldade da palavra “consciência”. Se aplicada a uma colectividade muito ampla, como uma classe, designa uma cultura global despreendida da formação. Ela não pode ser nem “ver-

dadeira” nem “falsa”. É simplesmente o que é. Numa acepção mais limitada, porém, pode servir para indicar a política ou a estratégia dominante, numa relação com outras classes, conduzida pelos seus líderes, partidos, por outras instituições. Nestes termos mais circunscritos, podemos talvez recuperar a noção de falsa consciência no sentido escrito por Engels a Mehring (em 14 de Julho de 1893): “A ideologia é um processo operado pelo assim chamado pensador de maneira consciente, com uma falsa consciência, portanto. Os reais intentos que o impulsionam são-lhe mantidos desconhecidos. De outro modo, não se tratará, de modo algum, de um processo ideológico”.

Neste sentido estritamente ideológico (que, além do mais, exige um uso mais limitado do termo “ideologia” do que o corrente), parece-me que opera um conceito histórico pontual e muitas vezes apropriado. Uma vez que estamos a considerar aqui as ilusões e deformações ideológicas características, a estrutura profunda da ideologia característica deste período, é possível que a teoria política dominante de uma classe esteja enformada por essas ilusões características ou seja sujeita ao domínio dessas “falsas” idéias. Mas trata-se de uma operação muito específica de análise histórica e intelectual. Não podemos ir além, pensando que, se essas ilusões fossem superadas, se, enfim, a consciência fosse “desmistificada”, daí emergiria uma “verdadeira” consciência, da qual poderíamos extrair, conforme um modelo platónico dissimulado, um projecto daquilo que a consciência deveria ser. Para esta, as classes mesmas e suas acções deveriam ter sido diversas. Isto é, as suas relações com as outras classes mudariam nitidamente, novos conflitos

se manifestariam à medida que ela adquirisse ou perdesse a adesão de outros grupos e que mudasse de estratégia, partidos, instituições. Resumindo: teríamos um tipo diverso de luta de classes.

Ou ainda, para dar mais um exemplo, os intelectuais sonham amiúde com uma classe que seja como uma motocicleta cujo assento esteja vazio. Saltando sobre ele, assumem a direcção, pois têm a verdadeira teoria. Essa é uma ilusão característica, é a “falsa consciência” da burguesia intelectual. Mas, quando semelhantes conceitos dominam a toda a intelligentsia, poderemos falar de “falsa consciência”? Pelo contrário, tais conceitos acabam por ser muito cómodos para ela.

*E. P. Thompson foi provavelmente o historiador marxista de maior repercussão no séc. XX. Seu livro “A Formação da Classe Operária Inglesa” é reconhecido como um clássico da historiografia marxista. O presente texto está presente na coletânea “As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos” organizada por Sergio Silva e Antonio Luigi Negro, que o traduziu. A versão original data de 1977. Publicado em *Marxismo Revolucionário Atual*: – www.mra.org.br*